

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.014 - SP (2019/0277259-1)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : JORGE PERES GUIMARÃES**  
**AGRAVANTE : SAO JORGE LOCACOES E SERVICOS LTDA**  
**ADVOGADO : KOZO DENDA - SP027096**  
**AGRAVADO : JULIAO VAQUERO RODRIGUES - ESPÓLIO**  
**AGRAVADO : CLELIA APPARECIDA UNTI VAQUERO - POR SI E REPRESENTANDO**  
**AGRAVADO : JULIÃO ATTÍLIO UNTI VAQUERO**  
**AGRAVADO : SILVANA IMBELLONI VAQUERO**  
**AGRAVADO : JUARES UNTI VAQUERO**  
**AGRAVADO : YNARA MARIA UNTI VAQUERO**  
**AGRAVADO : CHUA CONSTRUTORA LTDA**  
**ADVOGADOS : CÉSAR EDUARDO PRADO ALVES - SP036016**  
**ZÉLIA SILVA SANTOS - SP163110**  
**FERNANDO BACCARIN JÚNIOR - SP034046**  
**EDUARDO NOGUEIRA PENIDO - SP246349**  
**LUIZ CARLOS RIBEIRO DA SILVA - SP034269**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial (fls. 2.607-2.634) com pedido de efeito suspensivo interposto por **JORGE PERES GUIMARÃES E OUTRA** contra decisão (fls. 2.603-2.604) exarada pela il. Presidência da Seção de Direito Privado do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) que inadmitiu seu recurso especial.

Historiam os autos que **JORGE PERES GUIMARÃES E OUTRA** propuseram ação ordinária em desfavor de **ESPÓLIO DE JULIÃO VAQUERO RODRIGUES E OUTROS**, pleiteando o pagamento de valores que alegam devidos pelos promovidos, em decorrente de quatro "(...) *operações comerciais cujos objetos contratuais envolveram imóveis, clientela, faturamento, bens móveis entre outros*" (fls. 04).

O il. Juízo da 12ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP julgou o pedido improcedente, conforme sentença, da qual se decalca o seguinte excerto:

*"Enfim, os contratos celebrados entre as partes está em perfeita com a legislação vigente e aplicável á espécie da relação dele decorrente. Por outro lado, a parte autora não comprovou os fatos narrados na inicial, em que pese, por esse juízo ter sido deferidas todas às provas postuladas.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Registro novamente que a parte autora não disponibilizou ao perito todos os documentos solicitados, prejudicando, parcialmente a prova.*

*Não bastasse, as testemunhas, arroladas pela própria parte autora relataram o amplo acesso a documentação, pelo autor Jorge, acerca dos bens adquiridos, de forma que, não se pode imputar, queda de faturamento aos requeridos.*

*No mais, nessa mesma data proferi sentença nos demais feitos envolvendo as partes, deixando claro que, tratando-se de negócios, o insucesso nem sempre pode ser imputado a terceiros. É um risco.*

*Por derradeiro, deixo de proceder a citada da sucessora Sofia Pompeu de Toledo, pois há muito o feito encontra-se maduro para julgamento.*

*Ademais, observo que essa questão está plenamente analisada na **decisão de fls. 2104, alias, já transitada em julgado.***

*Diante do exposto, com fundamento no art. 269, I, do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE** a pretensão".*

*(fls. 2.434-2.425 - destaques no original)*

Inconformados, JORGE PERES GUIMARÃES E OUTRA recorreram, tendo o eg. TJ-SP negado provimento à apelação, nos termos do v. acórdão assim ementado:

*"Transação envolvendo imóveis, empresa e equipamentos. Pactuado fez constar cláusula específica sobre faturamento, indicando o período para tanto. Apelantes contrataram profissional para análise pormenorizada da documentação contábil. Perícia realizada fez ressalva de ausência de documentos contábeis. Redução do faturamento apontado abrange período diverso do avençado Queda do faturamento engloba fatores distintos e nada consta que tivesse alguma participação inadequada dos apelados. Exercício da atividade empresarial envolve iniciativa e risco. Pretensão 'quantis moniris' não está apta a sobressair. Reembolso de despesas que seria de responsabilidade dos recorridos não tem comprovação para dar suporte ao pedido dos recorrentes. Questões outras sobre transferência da empresa, apesar de referido na sentença, não tiveram interferência no desfecho da lide, portanto, não se identifica julgamento 'ultra petita'. Honorários advocatícios fixados com equilíbrio, levando em consideração as peculiaridades da demanda. Apelo desprovido." (fls. 2.515 - 2.516)*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão às fls. 2.556-2.565).

Irresignados, JORGE PERES GUIMARÃES E OUTRA manejaram recurso especial (fls. 2.571-2.597) no qual alegam violação ao art. 442 do Código Civil ao argumento de que "*(...) logo no início da relação contratual, ao descobrirem que os bens componentes do acervo comercial não estavam livres de ônus, e tampouco serviam ao fim pactuado, ou seja, não se prestavam para o livre exercício da atividade, além de constatarem que o faturamento igualmente prometido nos contratos, não foi alcançado, porquanto não existir o faturamento mínimo que havia sido garantido pelos vendedores*" (fls. 2.577).

Indicam ofensa ao art. 476 do Código Civil, afirmando que os "*(...) Recorridos não cumpriram a sua obrigação contratual de entregar aos compradores os bens desonerados e de lhes proporcionar na prática o faturamento prometido*" (fls. 2.581).

Apontam, também, malferimento ao art. 132 do CPC/73, uma vez que "*(...) o juiz sentenciante da r. decisão terminativa de fls. 2236/2247 nunca havia acompanhado ou presidido qualquer ato de instrução mais crucial, nunca determinou uma perícia e nunca ouviu ou esteve frente a frente com uma só testemunha em audiência neste processo, em seus doze (12) volumes e 13 (treze) anos de tramitação*". (fls. 2.584).

Sustentam violação ao art. 12, V, do CPC/73 (art. 75, VI, do CPC/2015), ao argumento de que "*(...) não foi suprida a falta de citação da herdeira Sofia Pompeu de Toledo que deixou o Espólio de Juarez Unti Vaquero (parte) sem representação nestes autos, o que por ser matéria processual e, portanto, de ordem pública, implica nulidade do julgado*" (fls. 2.586 - destaques no original).

Suscitam, ainda, que a "*(...) condenação em honorários advocatícios sucumbenciais ao final de fls. 2247 (primeira instância) e de fls. 2326 (instância recursal) merece destaque o montante excessivo em 20% do valor da causa, a que foram submetidos os Recorrentes, e que sem atualizações redundariam em R\$ 34.800,00*" (fls. 2.587).

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão à fls. 2.602).

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido (fls. 2.603-2.604), motivando do manejo do agravo em recurso especial.

Tampouco foi oferecida contraminuta (certidão à fls. 2.636).

É o relatório. Passo a decidir.

O recurso em apreço não merece prosperar.

Como sabido, o prequestionamento é requisito de admissibilidade do apelo especial, uma vez que compete ao eg. STJ julgar, em sede de recurso especial, conforme dicção do art. 105, III, da Carta Magna, somente as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

Na espécie, tem-se que o conteúdo normativo do art. 132 do CPC/73 não foi apreciado pelo eg. TJ-SP, acarretando a ausência de prequestionamento desse dispositivo legal. Ademais, nos embargos de declaração (fls. 2.525-2.535) na eg. Instância *a quo* não suscitou o tema relativo a tal norma. Nesse diapasão, nessa parte o apelo nobre não merece conhecimento, em face da incidência, por analogia, do óbice das Súmulas n. 282 e n. 356 do STF.

Melhor sorte não socorre ao apelo no tocante à suposta ofensa aos arts. 442 e 476 do Código Civil. Isso porque, o eg. TJ-SP, com arrimo no acervo fático-probatório carreado aos autos, concluiu pela ausência de vício oculto nos negócios jurídicos entabulados entre os litigantes. A título elucidativo, transcreve-se o seguintes excerto do v. acórdão estadual:

*"O caso em exame envolve negociação entre as partes, abrangendo aquisição de imóveis, bem como de empresa e seus respectivos equipamentos. Tem por aspecto teleológico a redução do preço por eventual vício oculto, ou seja, o que a doutrina entende por ação quanti minoris.*

*Ocorre, no entanto, não se verificar o alegado vício oculto, haja vista que os apelantes contrataram profissional habilitado, no caso, advogado, para analisar a documentação abrangendo o negócio jurídico.*

*Assim, o preposto dos recorrentes observara o necessário, mas, na ocasião, nada fora ressaltado, portanto, o ajustado se dera de forma transparente, levando-se em consideração o princípio da boa-fé objetiva nos contratos, não podendo ser imputado aos recorridos, após determinado período,*

*de que o faturamento a priori apresentado não fosse alcançado.  
(...)*

*A queda do faturamento apontado pode decorrer de inúmeros fatores, inclusive o de mercado, como constou da sentença, e não se identifica nenhum engodo como fizeram referência os apelantes.*

*Nem há que se falar em faturamento fictício, de acordo com as razões do apelo, fls. 2.260, primeiro parágrafo, porquanto a testemunha Marum Kalil Haddad, na condição de informante, destacou que fora contratado pelo coapelante Jorge e fizera análise da documentação contábil, fls. 1.842, portanto, se trata de advogado que prestara serviços de assessoria jurídica ao concorrente por ocasião das negociações, consequentemente, configura incoerência notória dos apelantes ficar adjetivando de forma infundada de que teria sido induzido a erro.*

*Assim, nada existe que caracterize de maneira efetiva a queda do faturamento; que ficasse comprovado de forma clara e precisa, por documentação contábil hábil - dentre aquela que fora analisada por ocasião da relação negocial, como constou do depoimento de fls. 1.842, com outros documentos contábeis oriundos da administração dos apelantes - para que se efetivasse a comparação e se identificasse alguma inobservância no que fora efetivamente avençado.*

*No mais, a prova técnica fez constar expressamente que as partes não apresentaram os documentos solicitados nas diligências, fls. 1.064, enquanto que a cláusula terceira do Instrumento Particular de Venda de Equipamentos e Transferência de Clientes transcrita no laudo, fls. 1.063, faz referência ao período de 1º a 30 de novembro de 2001, ao passo que as notas fiscais examinadas abrangem o período entre março e junho de 2002, fls. 1.064, logo, lapso temporal diverso do que constara no ajustado.  
(...)*

*Assim sendo, não se pode concluir, ante as provas técnica e oral, pela existência de anomalia, conforme exposto na inicial, pois quem vai adquirir o que se dera na transação em referência teve o acesso à contabilidade da empresa, bem como ao que fora do seu interesse na ocasião.  
(...)*

*Destarte, nada há que dê supedâneo à pretensão dos apelantes, uma vez que todos os requisitos foram observados, por conseguinte, ausentes itens que viessem a afrontar o que fora livremente pactuado"  
(fls. 2.517-2.522 - g. n.)*

Nesse cenário, a pretensão de alterar tal entendimento demandaria o reexame de matéria fático-probatória como cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, consoante preconizam as Súmulas n. 5 e n. 7, ambas do STJ.

Avançando, o apelo também não merece conhecimento no pertinente à suposta violação ao art. 12, V, do CPC/73 (art. 75, VI, do CPC/2015). Quanto ao tema, o eg. TJ-SP assentou, entre outros fundamentos, que tal matéria já foram decidida nos autos de outro processo. É o que se infere da leitura do seguinte excerto do v. acórdão estadual (fls. 2.522):

*"4. Questões outras sobre ausência de sucessora de uma coapelada não tiveram nenhuma relevância para o desfecho da ação, vindo os recorrentes em busca de formalismo exacerbado, o que é insuficiente para inquinar a sentença, acrescentando-se, ainda, que a interlocutória de fls. 2.104 reconheceu a habilitação em relação à pessoa referida, além do que, a matéria já fora objeto de agravo de instrumento n.º 2.057.979-32.2013.8.26.0000, que negara provimento." (g. n.)*

Por sua vez, da leitura das razões postas no apelo nobre, verifica-se que os ora recorrentes deixaram de refutar tal fundamento. Nesse cenário, tem-se que o apelo nobre esbarra na Súmula n. 283/STF, pois não impugnou fundamento autônomo e suficiente para manter, por si só, o v. acórdão estadual nessa parte. Nessa linha de inteligência, destacam-se os seguintes julgados:

*"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PERSONALIDADE JURÍDICA. DESCONSIDERAÇÃO. CITAÇÃO. NULIDADE. PRIMEIRO RÉU. CITAÇÃO POR EDITAL. LOCAL INCERTO. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. SEGUNDO RÉU. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. IMPUGNAÇÃO. SÚMULA N. 283/STF. FRAUDE CARACTERIZADA. INTENÇÃO DE NÃO PAGAR CREDITORES. IMPUGNAÇÃO. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CPC. SÚMULA N. 182/STJ. NÃO CONHECIMENTO.*

*1. A ausência de impugnação a fundamento bastante do acórdão estadual atrai o óbice de que trata o enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

*(...)*

*4. Agravo interno não conhecido."*

(AgInt no REsp 1574437/MG, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017 - grifou-se)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. DECISÃO MANTIDA.*

*(...)*

*3. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.*

*(...)*

*6. Agravo interno a que se nega provimento, com majoração de honorários sucumbenciais."*

(AgInt no AREsp 1034507/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 05/09/2017 - grifou-se)

Por sua vez, o recurso também não merece conhecimento quanto à discussão dos honorários advocatícios sucumbenciais. Com efeito, o recurso especial é necessário que nas razões recursais sejam apontados quais os artigos de lei federal - acompanhados de argumentos jurídicos claros e precisos - foram violados pelo eg. Tribunal *a quo* ou interpretados de forma divergente. No caso, no tocante à verba honorária, infere-se que os então recorrentes, ora agravantes, não apontaram nenhum dispositivo de lei federal como violado. Nesse jaez, apelo nobre apresenta deficiente fundamentação recursal, atraindo o óbice da Súmula n. 284/STF, aplicada por analogia. Nesse sentido, confirmam-se:

*"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DA OBRA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA E COBRANÇA DE JUROS COMPENSATÓRIOS. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*(...)*

*3. A ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente violado ou objeto de interpretação divergente impede a exata compreensão da controvérsia e obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).*

*(...)*

6. *Agravo interno a que se nega provimento.*"

(AgInt no REsp 1699098/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018 - grifou-se)

*"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA À LEI FEDERAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.*

*AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. A falta de indicação do dispositivo legal supostamente violado e/ou de controvertida interpretação pretoriana configura deficiência recursal, por não permitir a exata compreensão da controvérsia, e não enseja a abertura da via especial, com fundamento nas alíneas 'a' e 'c' do permissivo constitucional. Aplicação, por analogia, da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.*

2. *Agravo interno a que se nega provimento.*"

(AgInt no REsp 1343974/BA, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 19/03/2018 - grifou-se)

Ante o exposto, com arrimo no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RI-STJ conheço do agravo para não conhecer do recurso especial, ficando prejudicado o pedido de efeito suspensivo.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator